

PROCEDIMENTO N.º 4005/2025**AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS****CINTA TERMOSENSÍVEL E CINTA CELOFANE****CONVITE**

**Serviço de Aprovisionamento
Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, EPE**

**PROCEDIMENTO N.º 4005/2025 – AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS
CINTA TERMOSENSÍVEL E CINTA CELOFANE**

CONVITE

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Identificação do procedimento e objeto

1. A entidade adjudicante é a Unidade Local Saúde do Baixo Mondego, EPE (ULSBM, EPE), sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico (concursos@ulsbm.min-saude.pt), relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente procedimento, sendo utilizada a plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).
2. O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, EPE, Ata n.º 11, de 06 de março de 2025.
3. O presente Concurso tem por objeto aquisição de cinta termossensível e cinta celofane para serem usadas na ULSBM, EPE, conforme características técnicas previstas no Caderno de Encargos.
4. Os bens a adquirir inserem-se na categoria 33140000-3, descrita como “Material médico de consumo”, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a que se refere o Regulamento (CE) nº 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007.
5. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18.º a 21.º do CCP), o tipo de procedimento adotado é o Ajuste Direto em Função de critérios Materiais, conforme previsto na subalínea ii), da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º e seguintes do CCP, prossequindo os tramites dos artigos 112.º e seguintes do CCP. A presente escolha de procedimento, prende-se com o facto das prestações que constituem o objeto do contrato só possam ser confiadas a determinada entidade por não existência de concorrência por motivos técnicos, conforme declaração de exclusividade que a empresa convidada possui.

ARTIGO 2.º

Disponibilização eletrónica das peças do concurso

1. O presente procedimento corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov (www.acingov.pt), sendo as peças disponibilizadas integralmente na Acingov.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 3.º

Data limite e modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem

1. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica Acingov até às 16.00 do terceiro dia, a contar da data de envio das peças na plataforma acinGov.
2. A contagem do prazo fixado no número anterior não se suspende aos sábados, domingos e feriados.
3. Não serão admitidas, em caso algum, Propostas que deem entrada depois de terminado o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 4.º**Documentos da proposta**

1. A proposta é constituída obrigatoriamente pelos documentos e/ou elementos abaixo referidos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos
- b) Preenchimento do Anexo B, que contem o formulário com os preços dos bens objeto do presente convite, não sendo, para este efeito, considerado o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). O preço deverá ser descrito em numerário e por extenso, máximo de seis casas decimais, em caso de divergência, prevalecem, para todos os efeitos, os indicados em algarismos.
- c) Catálogos e fichas técnicas.
- d) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57 do CCP.
- e) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração);

2. Os documentos devem ser apresentados na língua portuguesa. Admitem-se documentos técnicos em língua estrangeira (espanhol e inglês).

3. Sob pena de exclusão, a entidade convidada deverá assinar eletronicamente (com assinatura digital qualificada, de acordo com o estabelecido no artigo 54º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto) todos os documentos que associarem às propostas, assim como as próprias propostas. No caso de serem apresentados documentos inclusos em ficheiros compactados/zipados, deve cada um destes documentos, individualmente, ser assinado eletronicamente.

ARTIGO 5.º**Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 6.º**Prazo de manutenção da proposta**

A entidade convidada é obrigada a manter a respetiva propostas pelo prazo mínimo de 66 (sessenta e seis) dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 7.º**Decisão e notificação de adjudicação**

- 1. A decisão de adjudicação é notificada à entidade convidada.
- 2. Conforme previsto no artigo 77.º do CCP, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação;
 - b) Confirmar, no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.

ARTIGO 8.º**Documentos de Habilitação, Modo e Prazo de Apresentação**

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação de adjudicação sob cominação do prescrito nos artigos 86.º a 87.º-A todos do CCP, os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica Acingov (<https://www.acingov.pt/>):
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II do Convite do presente procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Autorização para o exercício da atividade de distribuição por grosso de dispositivos médicos ou de medicamentos emitida pela autoridade competente – INFARMED, I.P – exigida pelo Decreto-Lei nº 145/2009 de 17 de junho;
 - d) Apresentação de declaração comprovativa da situação regularizada quanto ao pagamento da taxa ao INFARMED;
 - e) Código do Dispositivo Médico (CDM), ou caso o mesmo não se encontre ainda codificado, certidão de registo do equipamento no INFARMED.
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
3. No caso da deteção de irregularidades que possam levar à caducidade da adjudicação, aquando da apresentação dos “documentos de Habilitação”, o prazo é de 5 (cinco) dias a contar da notificação do Adjudicatário para a supressão das irregularidades detetadas.
4. O ULSBM, EPE pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, observando o previsto nos artigos, 81.º, 83-A.º e 85.º, do CCP.
6. Os documentos devem ser assinados eletronicamente.

ARTIGO 9.º**Caução**

Não será exigida caução, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 10.º**Legislação Aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.